

FACULDADE EDUFOR – SÃO LUÍS
DIRETORIA GERAL
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

INGRID MEIRELES PEREIRA VASCONCELOS LIMA
MONALIZA PEREIRA SOARES

O PAPEL DO ENFERMEIRO NO ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA

São Luís
2023

INGRID MEIRELES PEREIRA VASCONCELOS LIMA
MONALIZA PEREIRA SOARES

O PAPEL DO ENFERMEIRO NO ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA

Trabalho apresentado à disciplina de TCC II do Curso de Graduação em Enfermagem como requisito para obtenção de nota.

Orientador: Prof. Josafá Marins

São Luís
2023

L732p Lima, Ingrid Meireles Pereira Vasconcelos

O papel do enfermeiro no enfrentamento a violência obstétrica /
Ingrid Meireles Pereira Vasconcelos Lima ; Monaliza Pereira Soares —
São Luís: Faculdade Edufor, 2023.

18 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (ENFERMAGEM) — Faculdade
Edufor - São Luís, 2023.

Orientador(a) : Josafá Barbosa Marins

1. Violência obstétrica. 2. Parto. 3. Assistência de enfermagem. I.
Título.

INGRID MEIRELES PEREIRA VASCONCELOS LIMA
MONALIZA PEREIRA SOARES

O PAPEL DO ENFERMEIRO NO ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA

Trabalho apresentado à disciplina de TCC II do Curso de Graduação em Enfermagem como requisito para obtenção de nota.

Orientador: Prof. Josafá Barbosa Marins

Aprovado em ___/___/___.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Msc. Josafá Barbosa Marins
Orientador

Prof. Msc. Mariane de Amarantes Souza
Examinador 1

Prof. Msc. Kezia Cristina Batista dos Santos
Examinador 2

DEDICATÓRIA

Dedicamos este trabalho à Deus, nossa família, amigos e todo corpo docente da Faculdade Edufor!

O PAPEL DO ENFERMEIRO NO ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA

Ingrid Meirelles Pereira Vasconcelos Lima ¹

Monaliza Pereira Soares ²

Josafá Barbosa Martins ³

RESUMO

Introdução: A violência obstétrica caracteriza-se como atos revestidos de agressões praticados na forma psicológica e física, assim como, rotinas desnecessárias que são realizadas e que não respeitam seus corpos dentro das unidades de saúde, independentemente de serem realizados durante a gestação, trabalho de parto, nascimento ou ainda no pós-parto. **Objetivo:** identificar o papel do enfermeiro no enfrentamento da violência obstétrica. **Material e Métodos:** Trata-se de uma revisão bibliográfica, no qual foram contemplados artigos em português e inglês, datados de 2015 a 2022, disponíveis na base de dados da LILACS e SCIELO **Resultados:** Contemplou-se 13 literaturas, no qual evidenciou-se que o enfermeiro deve promover um parto seguro, humanizado e acolhedor, identificando manejos e ações irregulares contra a saúde da mulher, além disso, deve viabilizar um ambiente favorável ao parto, considerar a posição de preferência da gestante, evitar o uso de fármacos sem indicações, conservar a integridade da gestante, promover contato pele a pele da mãe com RN, apoiar o aleitamento materno e respeitar a cultura e religião da gestante. **Conclusão:** Observou-se que é papel do enfermeiro orientar e esclarecer desde o pré-natal métodos não farmacológicos, bem como orientar a gestante sobre seus direitos enquanto parturiente, a fim de que esta possa vivenciar o parto de forma humanizada e respeitosa, e assim exercitar sua autonomia durante o trabalho de parto.

Descritores: Violência obstétrica. Parto. Assistência de Enfermagem.

¹ Graduando em Enfermagem pela Faculdade EDUFOR – São Luís – MA.

² Graduando em Enfermagem pela Faculdade EDUFOR – São Luís – MA.

³ Docente do Curso de Graduação em Enfermagem da Faculdade EDUFOR – São Luís.

THE ROLE OF THE NURSE IN FACING OBSTETRIC VIOLENCE

Introduction: Obstetric violence is characterized as acts covered with aggression practiced in the psychological and physical form, as well as unnecessary routines that are carried out and that do not respect their bodies within health units, regardless of whether they are carried out during pregnancy, work of childbirth, birth or even in the postpartum period. **Objective:** to identify the role of nurses in coping with obstetric violence. **Material and Methods:** This is a bibliographical review, in which articles in Portuguese, dated from 2015 to 2022, available in the LILACS and SCIELO databases, were contemplated **Results:** 13 literatures were contemplated, in which it was evidenced that the nurses must promote a safe, humane and welcoming delivery, identifying irregular handling and actions against women's health, in addition, they must provide a favorable environment for childbirth, consider the preferred position of the pregnant woman, avoid the use of drugs without indications, conserve the pregnant woman's integrity, promoting skin-to-skin contact between the mother and the newborn, supporting breastfeeding and respecting the pregnant woman's culture and religion. **Conclusion:** it is the nurse's role to guide and clarify non-pharmacological methods and their benefits from prenatal care, so that the parturient can experience childbirth in a humanized and respectful way, in order to exercise her autonomy during labor and delivery.

Descriptors: Obstetric violence. Childbirth. Nursing Assistance.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
2	MATERIAL E MÉTODOS.....	10
3	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	12
3.1	Práticas de violência obstétrica e suas implicações no bem-estar das mulheres.....	15
3.2	Assistência do enfermeiro obstetra para o enfrentamento da violência obstétrica.....	16
4	CONCLUSÕES.....	19
5	REFERÊNCIAS.....	19

1 INTRODUÇÃO

A gestação, é um momento muito especial além de sua importância para a vida da mulher, observa-se neste período variadas alterações físicas e emocionais, tornando o acompanhamento pré-natal imprescindível para que a mulher se sinta acolhida. Assim sendo, a gestante adquire confiança para eliminar suas angústias, dúvidas e curiosidade sobre o que está acontecendo com seu corpo (BRASIL, 2016).

A maternidade é um divisor de águas na vida de toda mulher. É um momento de inúmeras expectativas que retratam uma nova vida com significados e emoções inestimáveis. A mulher durante o trabalho de parto, apresenta-se com muita ansiedade, dores e principalmente incertezas sobre como realizará o parto, dúvidas decorrentes da influência cultural entre parto normal ou parto cesariana (LACERDA, 2022).

O parto normal é um momento de aprendizado em que a mulher irá lidar com a mecânica do trabalho de parto, com dores, tempo de espera e todo seu envolvimento com seu bebê. Por outro lado, o parto cesáreo além de indicado por profissionais de saúde é uma escolha entre várias mulheres, pois, este se mostra opção devido ausência de dores e por se tratar de um procedimento rápido (MAIA, 2020).

Diante desse contexto, nos deparamos com um cenário desagradável o qual se apresenta para a gestante em seu momento mais delicado, caracterizando como violência obstétrica. São atos revestidos de agressões praticados na forma psicológica e física, assim como, rotinas desnecessárias que são realizadas e que não respeitam seus corpos dentro das unidades de saúde, independentemente de serem realizados durante a gestação, trabalho de parto, nascimento ou ainda no pós-parto (BRASIL, 2016).

No decorrer da gestação, a mulher se apresenta sensível, se mostrando com seus sentimentos aforados quanto a saúde do bebê, assim como, todo o trabalho de parto, necessitando de cuidados especiais em todos os aspectos, inclusive emocionais. Nesse sentido, requer ao profissional da enfermagem prestar

um auxílio priorizando o campo psicoemocional, desta forma oferecendo e acolhendo a gestante a humanização do parto (LEAS; CIFUENTES, 2016).

Segundo dados da pesquisa “Nascer no Brasil” (2021) 45% das mulheres afirmam ter sofrido algum tipo de violência obstétrica no Sistema Único de Saúde (SUS) e na rede privada, 30%. Estes dados relevam a importância de ampliar os debates acerca das violências obstétricas no âmbito da saúde materna no Brasil.

A atenção voltada para o combate contra a violência obstétrica vem sendo relevante, uma vez que, ao longo dos últimos anos inúmeros processos judiciais foram protocolizados. A enfermagem especializada em obstetrícia ganha seu espaço com políticas públicas devido ao olhar técnico e humanizado, destinando esforços na construção da relação de empatia com a mulher e sua família desde o pré-natal até o puerpério (BRASIL, 2016).

O enfermeiro obstétrico acolhe integralmente a gestante e seu acompanhante, durante o pré-natal ao puerpério, avaliando as condições de saúde de ambos, enfatizando a saúde fetal. A assistência deve considerar a autonomia e protagonismo da mulher, instruindo que todo tipo de parto pode e deve ser humanizado, já que a humanização não se restringe somente ao parto normal (OLIVEIRA; ELIAS; OLIVEIRA, 2020).

De acordo com Cestaro (2020) o enfermeiro deve viabilizar um ambiente favorável ao parto, considerar a posição de preferência da gestante, evitar o uso de fármacos sem indicações, conservar a integridade da gestante, promover contato pele a pele da mãe com RN, apoiar o aleitamento materno e respeitar a cultura e religião da gestante. As gestantes devem receber informações sobre os riscos e benefícios dos tipos de parto com base nos dados atualizados e estudos científicos, com a intenção de promover compreensão sobre os procedimentos e para que elas possam tomar decisões baseadas nas informações fornecidas.

Diante do presente cenário, faz-se necessário a possibilidade de implementação de estratégias para o enfrentamento ao combate contra violência obstétrica por profissionais da área da saúde, oferecendo em especial ao profissional de enfermagem reflexões sobre a educação continuada para que o mesmo possa oferecer novas formas de combate à violência obstétrica.

Assim, o presente estudo justifica o seu desenvolvimento para que a comunidade acadêmica possa oferecer mais conteúdo e que este vá para além dos muros da academia. Deste modo, o presente trabalho teve como questão

norteadora: Qual o papel do enfermeiro no enfrentamento da violência obstétrica? Para tanto, a pesquisa objetiva identificar o papel do enfermeiro no enfrentamento da violência obstétrica.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de um estudo de revisão bibliográfica integrativa, com abordagem qualitativa. Esse tipo de estudo tem como objetivo apresentar os resultados encontrados em diferentes pesquisas sobre determinado tema de forma sistematizada e com uma abordagem ampla (GIL, 2006). Diante deste cenário, surgiu o seguinte questionamento, o qual serviu como questão norteadora para este estudo: Qual deve ser a conduta do enfermeiro no combate à violência obstétrica?

Para coleta dos dados, foi realizada a busca de artigos e publicações integradas as bases de dados: LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde) e SciELO (*Scientific Electronic Library Online*), por meio dos descritores “Violência Obstétrica”, “Enfermagem” “Parto” de forma combinada ao operador booleano “AND”.

Para seleção dos artigos, foram definidos como critérios de inclusão: artigos e literaturas publicadas na língua portuguesa no período 2015 e 2022, disponíveis para leitura e download na versão completa e que atendiam a temática proposta.

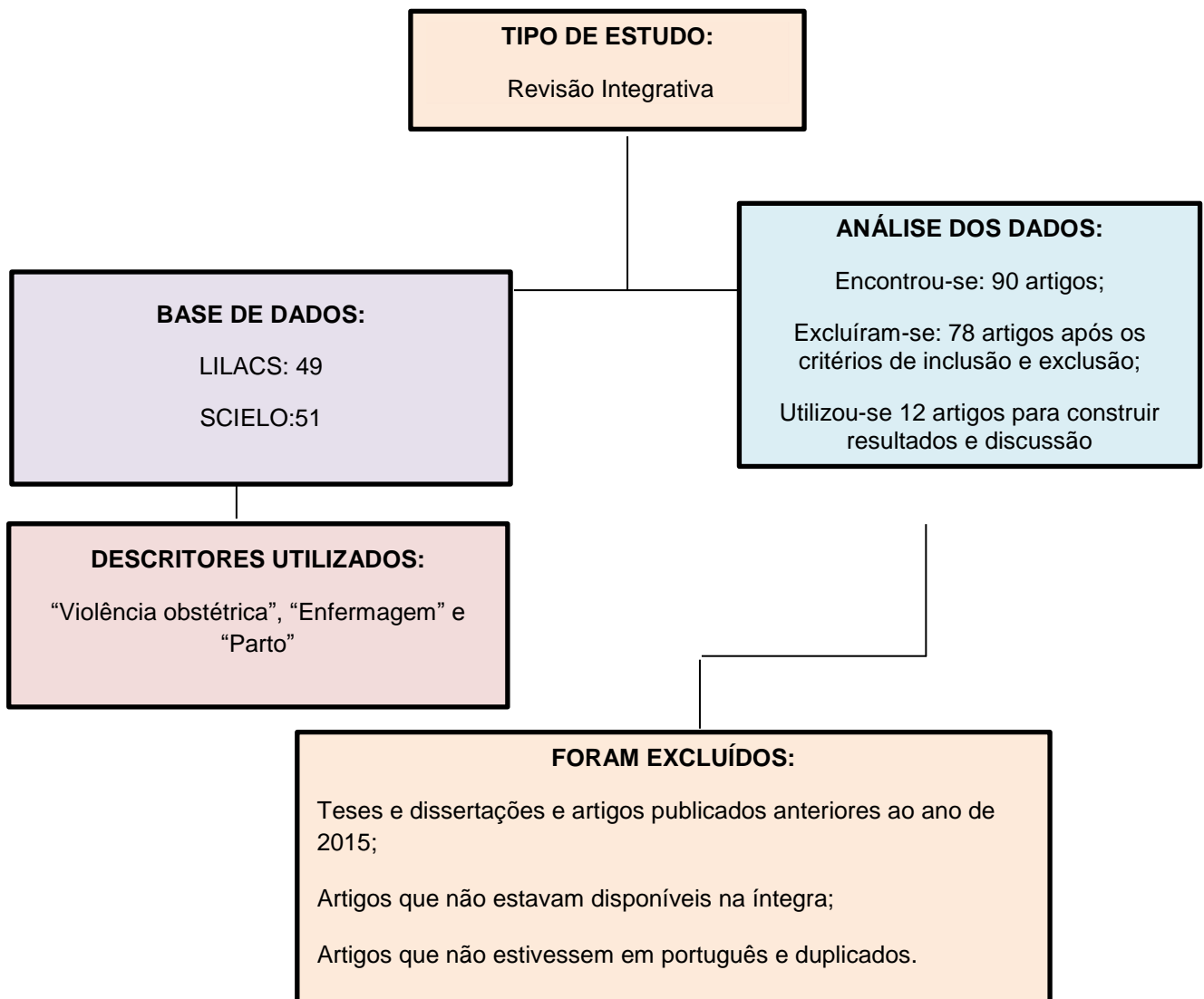
Para os critérios de exclusão, foram definidos como: estudos de revisão, estudos e documentos publicados em idiomas estrangeiro (inglês, espanhol, etc.) e fora do período escolhido (com exceção de livros e legislações), teses e dissertações, trabalhos indisponíveis na versão completa ou incompletos, estudos que não correspondiam aos objetivos propostos e publicações duplicadas, sendo selecionada somente uma.

Para análise dos dados feita a leitura inicial e superficial das literaturas, sendo selecionada apenas a literatura que atendia aos critérios de inclusão definidos neste estudo. e depois uma leitura criteriosa para seleção final e coleta das informações relacionadas aos objetivos.

Considerando os moldes propostos pela metodologia deste estudo, a busca eletrônica retornou um total de 90 artigos a partir das palavras-chave descritas anteriormente. Após a seleção manual, por meio da leitura dos títulos e resumos,

foram descartados aqueles que não se encaixavam nas propostas da revisão integrativa (n=77), restando apenas 13 artigos que foram lidos na íntegra de acordo com o Fluxograma 1:

Fluxograma 1 – Seleção dos estudos



Fonte: Próprias autoras (2023).

3 RESULTADOS

As principais informações obtidas em cada artigo através da pesquisa foram descritas no Quadro 1. Este resume os achados mais importantes, bem como autores, título, objetivos e principais resultados.

Quadro 1 – Artigos científicos utilizados para a construção do corpus do estudo.

Nº	Título	Autores e ano	Objetivo	Principais Resultados
E1	Violência obstétrica na perspectiva dos profissionais de enfermagem envolvidos na assistência ao parto	Alexandria, S et al., 2019	Avaliar o conhecimento de profissionais de enfermagem envolvidos na assistência de parto	A pesquisa concluiu que os enfermeiros participantes da pesquisa entendem e reconhecem algumas manobras e manejos como violência obstétrica e enfatizam a importância da qualificação e fortalecimento de protocolos assistenciais e humanizados.
E2	Assistência de enfermagem durante o trabalho de parto e parto: a percepção da mulher	Ferreira, LMS et al., 2017	Investigar a assistência de enfermagem ao trabalho de parto e parto, através da percepção das parturientes.	Evidenciou-se a necessidade de ampliar a percepção dos enfermeiros sobre a importância de uma assistência acolhedora e holística.
E3	Percepção do enfermeiro obstetra acerca da violência obstétrica	Leal et al., 2017	Conhecer a percepção de enfermeiros obstetras acerca da violência obstétrica	As enfermeiras obstétricas percebem que a violência obstétrica se apresenta de diversas formas, entretanto não reconhecem determinadas práticas como uma violação. Além disso, reconhecem que a falta de conhecimento da parturiente é um elemento de vulnerabilização em relação a violência obstétrica, despontando para as repercussões do fenômeno à vida da mulher.
E4	Cuidados de enfermagem na prevenção da violência obstétrica	Moura et al., 2018	Analisar a assistência de enfermagem sob a ótica da prevenção da violência obstétrica	A pesquisa evidenciou a importância do enfermeiro estabelecer um vínculo com a parturiente, em

				como identificar potenciais riscos para a violência obstétrica.
E5	A peregrinação no período reprodutivo: uma violência no campo obstétrico	Rodrigues et al., 2015	Analisar as percepções das mulheres acerca da assistência obstétrica no que se refere ao atendimento de seus direitos de acesso ao serviço de saúde durante o processo de parto e nascimento.	Constatou-se a necessidade de transformações nos paradigmas assistenciais obstétricos, valorizando o respeito, o cuidado à mulher em prol da sua saúde
E6	Violência obstétrica na visão de enfermeiras obstetras	Silva et al., 2022	Relatar a experiência de enfermeiras obstetras sobre a violência obstétrica vivenciada, presenciada e observada durante suas trajetórias profissionais	Concluiu-se, por meio das falas das enfermeiras obstetras, inúmeras violências obstétricas vivenciadas e presenciadas em suas rotinas de trabalho, havendo diferenças entre dois tipos de assistência ao parto: a obstetrícia baseada em evidências e o modelo assistencial tradicional
E7	O descumprimento da lei do acompanhante como agravamento à saúde obstétrica	Rodrigues et al., 2017	Analisar a percepção das mulheres acerca do descumprimento da Lei do Acompanhante, com foco no seu direito constituído legalmente e nos sentimentos por elas vivenciados durante o parto e o nascimento	Evidenciou-se que a Lei do Acompanhante precisa ser melhor divulgada como direito reprodutivo do casal, garantindo a segurança do processo parturitivo e inibindo atos de violação em seus direitos.
E8	Violência obstétrica e os cuidados de enfermagem	Castro e Rocha, 2020	Identificar os elementos que compõem a violência obstétrica e a atuação da enfermagem na prevenção desta ocorrência	Evidenciou-se que os profissionais da enfermagem compõem um importante papel para a prevenção da violência obstétrica.
E9	Violência obstétrica: fatores desencadeantes e medidas preventivas de enfermagem	Sousa et al., 2021	Caracterizar os fatores que ocasionam a violência obstétrica e a importância da enfermagem no desenvolvimento de medidas preventivas	Identificou-se que o processo do parto é um acontecimento repleto de possíveis equívocos, condutas dolorosas e negligências, que podem gerar a violência obstétrica causando traumas fi-

				sicos e psicológicos irreversíveis.
E10	Humanização como forma de superação da violência obstétrica: papel do enfermeiro	Lemos et al., 2019	Demonstrar o papel do enfermeiro nesse processo de humanização da assistência	Evidenciou-se a importância de estruturar medidas e ações educativas em saúde que promovam maior conhecimento das mulheres e seus direitos antes, durante e após o parto.
E11	Violência obstétrica: a abordagem da temática na formação de enfermeiros	Silva et al., 2020	Construir o Discurso do Sujeito Coletivo de Enfermeiros pós-graduandos em Enfermagem Obstétrica sobre a violência obstétrica.	Por meio do Discurso do Sujeito Coletivo, foi possível observar, parcialmente, a importância da formação dos Enfermeiros, visto que possibilitam a contribuição de cuidado integral, corroborando para um processo fisiológico, que pode reduzir a violência obstétrica
E12	O papel do enfermeiro frente à violência obstétrica	Matoso, 2018	Analisar a atuação de enfermagem frente à violência obstétrica	Evidenciou-se que o parto normal é o tipo de parto que mais envolve a violência obstétrica, em decorrência de manejos e ações feitos de forma irregular, logo é de suma importância a presença dos profissionais da enfermagem em minimizar tais condutas ao identificar fatores de risco.

Fonte: Elaborado pelas pesquisadoras, 2023.

3.1 Práticas de violência obstétricas e suas implicações no bem-estar das mulheres

De acordo com Alexandria et al., (2019) a peregrinação no processo reprodutivo representa uma forma de violência obstétrica. Essa violência é resultado da precariedade do acesso aos serviços de saúde, fazendo com que a mulher

vivencie uma jornada em busca de atendimento na rede pública hospitalar, peregrinando até conseguir assistência, o que favorece a ocorrência de desfechos negativos no parto e aumento dos índices de mortalidade materna e neonatal, caso esse atendimento não ocorra em tempo hábil.

De tal modo, Ferreira et al., (2017) explicam que a mulher durante o momento do parto, tende a ser vulnerável, diante da própria conjuntura biológica deste processo. Em muitas situações o momento do parto é cercado de ansiedades e medos, tendo em vista a ausência de orientações relevantes durante o pré-natal, o que implica diretamente na sua segurança e conforto neste cenário.

Corroborando com esta perspectiva, Leal et al., (2017) salienta também a importância de a mulher entender os tipos de violência obstétrica, a educação em saúde ganha destaque por promover momentos informativos às gestantes, pois a ausência de informação dos procedimentos invasivos, pode ser compreendida pela mulher como rotinas da instituição e que irá salvar o feto. Além disso, destaca-se o conhecimento antes da unidade de saúde que irá dar à luz antes do parto, conforme a Lei nº 11.634 de desde 27 de dezembro de 2007, que dispõe sobre o direito da gestante ao conhecimento e a vinculação à maternidade com a finalidade de proporcionar segurança à mulher.

Leal e Colaboradores (2017) discorrem que o termo violência obstétrica agrupa e descreve várias formas de violência e danos causados pelo profissional de saúde durante a assistência no pré-natal, parto, puerpério e abortamento. Com isso, o direito da mulher à cidadania e à saúde é violado, desrespeitado e sua integridade física e dignidade humana.

Para evitar tal questão, Moura et al., (2018) evidenciam a importância de do conhecimento dos profissionais da saúde sobre o conceito de violência obstétrica, já que esta ocorrência contempla práticas, técnicas e manobras sem consentimento da mulher, que lhe causem prejuízos físicos e morais, bem como outras condutas errôneas. Desta forma, os autores enfatizam a necessidade de os profissionais da enfermagem conhecerem os direitos das parturientes.

Neta mesma linha teórica, Pompeu et al., (2017) salientam que a violência obstétrica causa inúmeros impactos na saúde física e mental da mulher. Os autores evidenciaram no estudo, que as mulheres que sofrem violência obstétrica, possuem mais propensão a desenvolver a depressão pós-parto, afetando o vínculo entre o binômio mãe e filho. Além disso, os autores discorrem outras consequências

relacionadas a violência obstétrica, tais como: medo de engravidar novamente, baixa autoestima, baixa produção do leite materno decorrente de quadros de depressão pós-parto, cicatrizes, dores físicas à longo prazo.

Nos estudos de Rodrigues et al., (2015) algumas intervenções institucionais implicam diretamente na saúde física da mulher, tais como as infusões intravenosas no intuito de trabalho de parto, a pressão sobre a barriga da parturiente de modo empurrar o RN, conhecida como manobra de Kristeller, o uso de lavagem intestinal, retirada dos pelos pubianos sem necessidade aparente. Além disso, os autores relatam que é comum relatos de humilhações que contribuem no constrangimento da mãe frene ao parto.

3.2 Assistência do enfermeiro obstetra para o enfrentamento da violência obstétrica

Segundo Rodrigues et al., (2015) o enfermeiro, através da formação e adoção de medidas que são adquiridas através do ensino, deve proporcionar os cuidados com segurança e qualidade tanto para si próprio como para a paciente. A enfermagem é peça fundamental na prestação de uma assistência humanizada. A principal motriz para a condução do trabalho diário do enfermeiro é o cuidar. O enfermeiro necessita diagnosticar e tratar respostas humanas reais e potenciais através de esforços ininterruptos para levantar intervenções satisfatórias.

De tal modo, Silva et al., (2022) discorrem que a assistência de enfermagem é indispensável, apesar dos avanços tecnológicos. O cuidado nem sempre é evidente e as respostas são particulares, ou seja, os resultados do cuidado variam de paciente pra paciente e com o tempo. Não é tão explícito como a produção de um produto, o cuidado é uma prestação de serviço. Para garantir a segurança do paciente, deve-se reduzir os atos inseguros e riscos de danos desnecessários durante a assistência. Nesse sentido, estudos recomendam o *feedback* e comunicação a respeito de erros, passagem de plantão, percepção geral de segurança do paciente e frequência de eventos relatados

O Ministério da Saúde, na portaria nº 596 de 1º de junho de 2000, instituiu o Programa de Humanização no Pré-natal e Nascimento (PHPN), que foca nas necessidades de atenção específica à gestante, ao recém-nascido e a ambos no período pós-parto. Deste modo, compreende-se o quão é importante materializar tal

portaria, especialmente, através das ações dos profissionais enfermeiros obstétricos (CASTRO; ROCHA, 2020).

Para Rodrigues et al., (2017) durante a assistência de enfermagem pré-natal é realizado o monitoramento do bom andamento das gestações, preparando a gestante e seu companheiro e/ou familiar para o crítico momento do nascimento e identificando adequada e precocemente quais pacientes tem maior chance de apresentar uma evolução desfavorável. Estas ações de aproximação com a gestante e família permitem maior segurança e acolhimento, sendo estes fatores relevantes para a minimização da violência obstétrica, uma vez que a violência não ocorre apenas na hora do parto.

De acordo com Castro e Rocha (2020) a gestação, na vida da mulher e familiares, pode ser considerada um período no qual ocorre várias mudanças fisiológicas e emocionais, o que desencadeia expectativas, emoções, ansiedade, medo e descobertas. Devido a essas mudanças, se faz necessário uma assistência ao pré-natal desde a concepção até ao início de trabalho de parto. Durante o pré-natal o enfermeiro desempenha um papel fundamental, sendo ele um profissional qualificado para o atendimento à mulher, exercendo seu papel de educador, além de trabalhar com a humanização durante o atendimento prestado. É neste período que muitas dúvidas podem ser esclarecidas, em especial, sobre os direitos da mulher no âmbito da sala de parto.

Sousa et al., (2021) entendem que o enfermeiro obstetra, acolhe integralmente a gestante e seu acompanhante, durante o pré-natal ao puerpério, avaliando as condições de saúde de ambos, enfatizando a saúde fetal. A assistência deve considerar a autonomia e protagonismo da mulher, instruindo que todo tipo de parto pode e deve ser humanizado, já que a humanização não se restringe somente ao parto normal. É a partir do pré-natal que se constrói as bases de ruptura para a violência obstétrica. Logo, é pertinente que o enfermeiro obstétrico empodere a mulher/gestante, munindo-a de informações sobre os seus direitos e para que faça escolhas conscientes que permitem um parto saudável e confortável.

Esta percepção também é compreendida por Lemos et al., (2019) ao explicitar que o enfermeiro deve viabilizar um ambiente favorável ao parto, considerar a posição de preferência da gestante, evitar o uso de fármacos sem indicações, conservar a integridade da gestante, promover contato pele a pele da mãe com RN, apoiar o aleitamento materno e respeitar a cultura e religião da gestante.

Deste modo, Matoso (2018) explica também que as gestantes devem receber informações sobre os riscos e benefícios dos tipos de parto com base nos dados atualizados e estudos científicos, com a intenção de promover compreensão sobre os procedimentos e para que elas possam tomar decisões baseadas nas informações fornecidas. Todas estas dimensões minimizam atos de violência obstétrica e potencializam um pré-natal, parto e pós-parto humanizado

Nessa mesma esteira teórica, Silva et al., (2020) enfatizam que é dever do enfermeiro garantir os direitos das parturientes, um deles é a presença do acompanhante durante o trabalho de parto e pós-parto. Nenhum procedimento pode ser realizado sem o conhecimento da gestante. Deve-se proporcionar uma relação de confiança, considerar suas expectativas e anseios, apoio em suas decisões e receber um tratamento humanizado

Autores como Ferreira et al., (2017) Lemos et al., (2019) Sousa et al., (2021) é necessário que o enfermeiro repasse constante informações sobre o parto para a gestante e ainda. Para os autores, a desinformação é um fator desencadeante para a violência obstétrica, assim, estes profissionais devem proporcionar informações importantes e necessárias para as gestantes durante o pré-natal, trabalho de parto, parto e puerpério, baseadas em evidências científicas atualizadas, para que ela possa ter sua autonomia respeitada quanto a forma do nascimento.

4 CONCLUSÃO

O enfermeiro obstetra deve desempenhar suas ações profissionais de forma humanizada e ética, durante o parto e o nascimento, com a finalidade de precautelar a violência obstétrica. Dessa forma, observou-se a importância da prática do acolhimento digno e de respeito, no que se refere à apresentação do profissional, explicar o papel do enfermeiro nos cuidados, o apoio físico e emocional, o fornecimento de condições adequadas de ambiente para que a mulher sinta-se à vontade, bem como proporcionar uma escuta ativa, a saber, dúvidas ou preocupações sobre o trabalho de parto e assim para promover o controle da ansiedade, visto que nesse momento é comum a mulher vivenciar esses sentimentos. Outrossim, é papel do enfermeiro orientar e esclarecer desde o pré-natal métodos não farmacológicos, bem como manejos e comportamentos

relevantes durante o processo de parto para que assim a parturiente possa vivenciar o parto de forma humanizada e respeitosa, de forma a exercitar sua autonomia durante o trabalho de parto.

5 REFERÊNCIAS

ALEXANDRIA, Samara. Et all. **Violência obstétrica na perspectiva dos profissionais de enfermagem envolvidos na assistência ao parto 2019**. Cult. cuid ; 23(53): 119-128, ene.-abr. 2019.

CASTRO, AT. ROCHA, RS. **Violência obstétrica e os cuidados de enfermagem**. 2020. Disponível em: <http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/2798>. Acesso em: 12 mai. 2023.

FERREIRA LMS, SANTOS ADF, RAMALHO RCF, ARAÚJO AD, DAMASCENO SS, FIGUEIREDO FERM, et al. **Assistência de enfermagem durante o trabalho de parto e parto: a percepção da mulher**. Universidade Regional do Cariri. 2017; 33(2):271-6.

GALLO RBS, SANTANA LS, MARCOLIN AC, FERREIRA CHJ, DUARTE G, QUINTANA SM. **Recursos não-farmacológicos no trabalho de parto: protocolo assistencial**. Departamento de Ginecologia e Obstetrícia da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. 2011; 39(1):41-8.

LEAL PYS, LIMA ALV, SILVA FA, SOARES LFDP, SANTANA RL, PEREIRA A. **Percepção de enfermeiras obstétricas acerca da violência obstétrica**. Cogitare Enfermagem. 2018 Acesso em 15 abril de 2019. Disponível em: <http://docs.bvsalud.org/biblioref/2018/05/883486/52473-231497-1-pb.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2023.

LEMOST. A. B., SEPULVEDRAB. DE A., REZENDET. B. V. DE, CHAGASL. DE C. C., SILVAM. C. DA C., MENESESA. R. X., & SANTOSL. A. DOS. **Humanização como forma de superação da violência obstétrica: papel do enfermeiro**. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, (23), e207. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.25248/reas.e207.2019>. Acesso em: 10 mai. 2023.

MATOSO, LML. **O papel do enfermeiro frente à violência obstétrica** C&D-Revista Eletrônica da FAINOR, Vitória da Conquista, v.11, n.1, p. 49-65, jan/abr. 2018.

MOURA RCM, PEREIRA TF, REBOUÇAS FJ, COSTA CM, LERNADES AMG, SILVA LKA, et al. **Cuidados de enfermagem na prevenção da violência obstétrica**, *Enferm*. 2018 [acesso em 30 de setembro de 2022]; 9(4): 60-65 Disponível em: <http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/1333/480>.

POMPEU CK, SCARTON J, CREMONESE L, FLORES GR, LANDERDAHL CM, RESSEL BL. **Práticas da episiotomia no parto: desafios para a enfermagem**, Rev. enferm. Cent.-Oeste Min. 2017. Acesso em 10 de setembro de 2022. Disponível em: <http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/recom/article/view/1142/1302>.

RATTNER D. **Humanização na atenção a nascimentos e partos: ponderações sobre políticas públicas**. Interface (Botucatu). 2009; 13 Suppl 1:759-68. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-32832009000500027>

RODRIGUES PG, ALVES HV, PENNA GHL, PEREIRA, VA, BRANCO RLBM, SILVA AL. **A peregrinação no período reprodutivo: uma violência no campo obstétrico**, Escola Anna Nery. 2015. Acesso em 15 de abril de 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ean/v19n4/1414-8145-ean-19-04-0614.pdf>

SILVA MG, MARCELINO MC, RODRIGUES LSP, TORO RC, SHIMO AKK. **Violência obstétrica na visão de enfermeiras obstetras**. RevRene. 2014; 15(4):720-8.

SILVA, TM et al., **Violência obstétrica**: a abordagem na formação de enfermeiros obstétricos. Artigo Original • Acta Paul Enferm. 33 • 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/C8VTQNXNTF8whR9QFbQvZDP/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 20 mai. 2023.

SOUSA, MPV et al., **Violência obstétrica e fatores desencadeantes: medidas preventivas de enfermagem**. 2021. Disponível em: <https://revistas.mpmcomunicacao.com.br/index.php/revistanursing/article/view/1707>. Acesso em: 12 mai. 2023.

SOUZA PMR, BRANCO RLBM, PEREIRA VA, PENNA GHL, ALVES HV, RODRIGUES PD. **O descumprimento da lei do acompanhante como agravo a saúde obstétrica**. Texto & Cotento Enfermagem. 2017. Acesso em 30 de abril de 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v26n3/0104-0707-tce-26-03-e5570015.pdf>